

# Políticas Educacionais no Brasil e os Desdobramentos na Educação Básica

## Educational Policies in Brazil and its Consequences for Basic Education

Amanda Carollo Ramos da Silva<sup>a\*</sup>; Beatriz Andrade dos Santos<sup>b</sup>; Sílvia Alves dos Santos<sup>c</sup>

### Resumo

A educação tem sido assunto dos mais discutidos nos debates das Ciências Humanas e Sociais nos últimos anos, alguns a elevando à posição de fator mais importante na vida das pessoas, portanto, é importante discutir a respeito das políticas educacionais vigentes. Para educação básica de qualidade é essencial que o ensino seja planejado, os professores bem preparados e haja contribuição direta dos governos. As diversas nações discutem frequentemente políticas educacionais. Conferências internacionais foram e continuam sendo realizadas para o aprimoramento da educação. No Brasil, essas políticas são caracterizadas por centralização e descontinuidade; a cada troca de governo, os planos educacionais se alteram. O presente trabalho detalha alguns planos educacionais no contexto da educação brasileira.

**Palavras-chave:** Educação básica. Políticas educacionais. Conferências internacionais.

### Abstract

*Education has been one of the most discussed subject in humans and social sciences in the last years, some are considering it as the most important factor in people's life, therefore, it's important to discuss about the educational policies in vigor. In order to have quality in basic education, it's essential to have a teaching plan, well-prepared teachers and a direct contribution from the government. Several nations often discuss educational policies. International conferences have already occurred and still are realized to improve the education. In Brazil, those policies are characterized by centralization and discontinuity; in each government change, the educational plans also get altered. The present project details some educational plans in Brazilian educational context.*

**Keywords:** Basic education. Educational policies. International conferences.

<sup>a</sup> Discente do curso de Psicologia - Universidade Estadual de Londrina (UEL), E-mail: amanda\_carollo@hotmail.com

<sup>b</sup> Discente do curso de Psicologia - Universidade Estadual de Londrina (UEL), E-mail: biadickinson@hotmail.com

<sup>c</sup> Doutoranda em Educação - Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Docente - Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: sasillyn@yahoo.com.br

\* Endereço para correspondência: Rua Senador Souza Naves, 1909. Jardim Petrópolis. CEP: 86015-430. Londrina-PR.

## 1 Introdução

Para a garantia de boa qualidade de vida, os indivíduos precisam de saúde, segurança, trabalho, lazer, dentre outros. Nesse contexto, a educação é vista como uma das necessidades que devem ser asseguradas para a garantia dessa qualidade.

A concepção de educação aqui abordada perpassa a prática social construída coletivamente pelo conjunto da humanidade no decorrer da história da própria existência do homem, em que este, a partir de suas necessidades criava códigos que o auxiliavam a transformar a natureza e assim sobreviver. Nesse sentido, a discussão das políticas para a educação básica torna-se debate relevante uma vez que a entendemos inserida no movimento histórico das transformações políticas, econômicas e culturais da sociedade.

A fim de que a educação básica (que compreende da educação infantil ao ensino médio) seja efetiva, cumpra seus objetivos é importante que haja planejamento dos processos de ensino, os professores sejam capacitados para exercer

seu papel e que a participação do Estado seja garantida em especial no financiamento desta educação.

Num primeiro momento será discutida a interferência de órgãos internacionais na formulação das políticas educacionais no Brasil bem como a forma como a gestão da educação básica tem se configurado, com seus limites e possibilidades.

## 2 Desenvolvimento

### 2.1 Conferências mundiais e órgãos internacionais

A educação tem sido um dos fatores determinantes no que diz respeito à competitividade entre os países. As nações, orientadas por agências internacionais, têm elaborado políticas para a educação com base em metas e formas de incentivo.

Considerando a concorrência presente no mercado de trabalho, torna-se essencial educação de qualidade. Para isso, principalmente os países em desenvolvimento, como o Brasil, têm de vencer muitos obstáculos, buscando prioritariamente eficiência, participação da cidadania e integração social.

Visando à melhoria educacional no mundo, foram realizadas conferências, nas quais ficaram decididas metas a serem cumpridas em prol da educação.

Dentre as orientações internacionais, destacam-se algumas que perpetuam até os dias atuais. Realizou-se em 1989 o chamado "Consenso de Washington", nos Estados Unidos - reunião com o objetivo de traçar metas educacionais para os 9 países com maior taxa de analfabetismo (Bangladesh, Brasil,

China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão) e promover o desenvolvimento econômico desses países (SHIROMA, 2002)

Nesta reunião os países se comprometeram a colocar a educação como prioridade nas suas agendas, com vistas para o desenvolvimento e crescimento econômico dos mesmos. A concepção de educação estava sendo orientada como a alavanca ou a chave das melhorias que o país poderia usufruir. O Brasil, por sua vez, colocou-se a frente desse projeto de desenvolvimento, criando diversas frentes de trabalho em parceria com a sociedade civil organizada.

Porém, as propostas apresentadas nesse Consenso não foram seguidas adequadamente pelos países envolvidos. O crescimento ficou muito abaixo do planejado na América Latina, que passava por intensa crise econômica. Além disso, todos os países implicados foram gradualmente se distanciando das metas, conforme iam passando por dificuldades econômicas.

Em 1990, houve a “Conferência Mundial de Educação para Todos”, em Jomtien, na Tailândia. Segundo Shiroma (2002), nesse encontro, além de consolidadas as metas estabelecidas em 1989, os 155 governos participantes comprometeram-se a assegurar educação básica de qualidade à crianças, jovens e adultos. Ficou decidido que no prazo de 10 anos, as nações deveriam:

- Expandir cuidados básicos e atividades de desenvolvimento infantil, incluindo crianças pobres e portadoras de deficiências;
- Melhorar os resultados de aprendizagem;
- Reduzir a taxa de analfabetismo adulto pela metade, dando ênfase à alfabetização da mulher, por causa da desigualdade existente entre os índices de alfabetização entre os sexos;
- Ampliar os serviços de educação básica, proporcionando capacitação em outras habilidades essenciais; e
- Aumentar o conhecimento dos indivíduos e das famílias sobre valores necessários para viver melhor.

Ainda na “Conferência Mundial de Educação para Todos” foi criado o NEBA (Necessidades Básicas de Aprendizagem), anteprojecto que visava atender às necessidades básicas de aprendizagem, isto é, àqueles conhecimentos, capacidades, valores e atitudes indispensáveis para sobreviver, desenvolver capacidades, melhorar a qualidade de vida, trabalhar, tomar decisões e continuar aprendendo (SHIROMA, 2002)

Em 2000, foi realizada em Dakar uma conferência de caráter avaliativo para verificar as medidas efetivadas pelos países a partir de Jomtien. Além disso, de acordo com Shiroma (2002) renovaram-se as metas a serem cumpridas até 2015, entre elas destacam-se.

- Expandir e aprimorar a assistência e a educação na primeira infância, dando especial atenção às crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;
- Acesso universal à educação básica de boa qualidade, gratuita e obrigatória, garantindo que as crianças em situações difíceis e etnicamente excluídas tenham os mesmos direitos;

- Acesso equitativo à aprendizagem apropriada e a programas de capacitação para a vida;
- Reduzir pela metade o analfabetismo adulto, ainda com ênfase nas mulheres;
- Igualar as disparidades existentes entre os gêneros na educação primária e secundária; e
- Melhorar todos os aspectos da qualidade educacional.

Ficou ainda estabelecido que os países “ricos” deveriam ajudar os países pobres no que tange ao financiamento a aos modelos a serem difundidos na educação e que a formação deve ser mediatizada pelo uso da informática.

Além das conferências que são realizadas, periodicamente, conforme os interesses político-econômicos hegemônicos existem órgãos internacionais que têm colocado a educação em sua agenda, um deles é o Banco Mundial, agência de financiamento, que conta com 176 países e busca, por meio da educação, conter a pobreza. Alguns de seus princípios, missões, políticas e desafios são: eficiência, qualidade e equidade (criar uma racionalidade na educação); participação direta do setor privado na educação profissional; diversificação e diferenciação dos sistemas e das instituições e redefinição das funções do governo, ampliando a autonomia administrativa (SHIROMA, 2002).

Outro organismo internacional que tem influenciado muito as políticas para a educação é a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), agência de integração social. Pertinência, qualidade, internacionalização são seus princípios e igualdade de oportunidades e promoção de educação permanente são suas missões. O modelo defendido e que se propõe para a educação é a flexibilização das instituições, avaliação qualitativa e quantitativa, diversificação das fontes de financiamento, estabelecimento de parcerias com o mercado do trabalho, compartilhamento do conhecimento entre os países e eliminação de preconceitos. Assim, como o Banco Mundial, seu objetivo aproxima-se no sentido de reduzir a pobreza (SHIROMA, 2002).

## 2. 2 A gestão da educação básica no Brasil

No que se diz respeito à gestão da educação no cenário brasileiro, percebe-se que há inúmeros programas articulados pelo governo federal, porém, por fatores diversos, limites são impostos à materialização de tais estratégias.

Segundo Dourado (2007, p. 922), a gestão educacional não pode ser pensada, sem que se considere o contexto na qual está inserida.

Uma perspectiva importante implica não reduzir a análise das políticas e da gestão educacional à mera descrição dos seus processos de concepção e/ou de execução, importando, sobremaneira, apreendê-las no âmbito das relações sociais em que se forjam as condições para sua proposição e materialidade.

Entendendo a educação como atividade social e histórica, a sua gestão não pode ser diferente, devem ser levados em

conta não só fatores intra-escolares, mas também extra-escolares inseridos na dinâmica do contexto social mais amplo. A gestão educacional envolve, além do trato com as questões pedagógicas, os elementos próprios da política e da economia, visto que os processos de administração da escola são diretamente relacionados ao financiamento recebido, produto da caracterização do Estado e da articulação entre as esferas pública e privada.

As políticas de gestão, no Brasil, têm sido caracterizadas por processos de centralização/descentralização e de descontinuidade. São centralizados os processos de formulação e avaliação da educação e são descentralizados especialmente o financiamento, dividindo este com a comunidade escolar, são descontínuas, pois a cada mudança de governo, a forma de organizar as ações políticas da educação é alterada conforme os interesses do grupo no poder.

Na década de 1990, a educação básica brasileira adequou-se de forma mais visível à lógica capitalista – articulando alguns princípios da gestão escolar à eficiência, produtividade e racionalidade, comumente utilizados por empresas. Contudo, com a política centralizadora e com os limites estruturais, tal mudança acarretou uma educação excludente e seletiva. É possível perceber que os programas federais estabelecidos no campo das políticas educacionais têm como objetivos a democratização e a inclusão, porém, na realidade, há prevalência de um viés tecnicista e produtivista, que confirma as desigualdades existentes em razão da divisão social de classes. As metas, então, são antagônicas ao que realmente ocorre.

Dourado (2007) destaca alguns dos planos educacionais, que evidenciam claramente as orientações mais amplas que chegam para que os gestores escolares coloquem em prática nas escolas da rede pública de ensino, são eles:

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e o Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA) têm como missão promover a eficácia, eficiência e equidade no ensino fundamental público, tendo como foco os processos de ensino-aprendizagem e as práticas de gestão. Enfatiza a gestão democrática e garante a autonomia financeira escolar, pois o fundo repassado fica a critério da gestão, ou seja, ele é utilizado da forma com que a administração entende que seja melhor para a escola. O PDE, por sua vez, entendido como “carro-chefe” do FUNDESCOLA, adota uma concepção de gestão gerencial, isto é, a administração é mais eficaz quando são aplicadas estratégias de uma empresa privada. Portanto, percebe-se que um programa, apesar de complementar o outro, também o exclui, visto que apresentam premissas distintas.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): outro projeto que reflete os interesses econômicos dentro da escola, consiste no repasse anual de recursos às escolas públicas.

Segundo Dourado (2007, p. 932), os recursos

são destinados à aquisição de material permanente e de consumo necessário ao funcionamento da escola; à manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; à capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da

educação; à avaliação de aprendizagem; à implementação de projeto pedagógico; e ao desenvolvimento de atividades educacionais.

Uma das dificuldades do programa é a falta de estruturação de unidades executoras, o que tem como consequência a entrada de empresas terceirizadas para desempenhar o papel de gestora da escola, dificultando a construção de processos democráticos no interior da escola.

Programa de Fortalecimento de Conselhos Escolares: outro projeto que objetiva promover discussões a respeito da importância dos conselhos escolares e fortalecer os já existentes. Além disso, procura ampliar a participação da comunidade escolar e local na gestão da escola e apoiar a implantação de novos conselhos, entre outros.

Tendo em vista os programas expostos, conclui-se que há discordâncias entre as políticas de gestão e organização das unidades escolares desenvolvidas pelo MEC: defende-se ao mesmo tempo a democratização e a concepção gerencial; focaliza-se em apoio técnico e financeiro, ao invés de políticas de planejamento e de gestão da educação básica. Portanto, é importante que haja um debate mais profundo acerca das políticas educacionais que regem esses projetos – elas devem ser elaboradas com os mesmos pressupostos a fim de que um projeto não exclua ou limite o outro, mas que possam unir-se na construção de uma educação com a qualidade necessária.

### 2.3 A gestão escolar e os desafios na escola

Segundo o governo brasileiro, não há carência de escolas, ou seja, quase todas as crianças em idade escolar estão estudando. É hora, então, de se pensar a respeito da qualidade dessas instituições, mas, o que seria uma educação de qualidade?

Sabendo que o desejo do homem é viver bem, considera-se que o papel da escola é o de preparar o indivíduo para a vida, para o bem-estar. Além disso, é preciso que seja um ambiente agradável, para que já seja propiciada qualidade de vida.

Para avaliar a qualidade das escolas, é necessário atentar para o que é o produto que esperamos dela antes de tudo. A aula deve ser considerada o processo de trabalho, e o aluno educado, o seu produto. A boa aula, o ensino, só ocorre quando ocorrer também o aprendizado. Não há como se falar em uma aula boa, se o estudante não aprendeu o conteúdo. Para isso, a primeira tarefa do educador é levar o aluno a querer aprender, pois, sem vontade, a aprendizagem não se realiza adequadamente. Para se ter uma aprendizagem de qualidade, portanto, é essencial despertar o interesse de aprender no estudante, além de trazer os pais e a comunidade em geral para o convívio escolar.

A administração escolar pressupõe a “utilização racional de recursos para determinados fins” (PARO, 1986, p. 4). Assim, as necessidades da escola precisam ser revistas pelos sujeitos que participam dela no sentido de identificar os desafios e colocar-se a serviço, resgatando o seu papel e

buscando coletivamente democratizar os saberes construídos historicamente; organizar a escola considerando a realidade da mesma, porém, visando a mudanças nas relações de opressão e exclusão, ora presentes nos processos educativos. O que geralmente acontece é uma ênfase nos processos burocráticos, como forma de justificar a comodidade de uma educação simplista, sem se preocupar com as dinâmicas mais amplas que recaem sobre a escola.

O uso de avaliações e exames são exemplos de como o objetivo real da escola (preparar pessoas para viver bem, ensinar a cultura acumulada historicamente por meio do processo de transmissão e assimilação do conhecimento) é esquecido ou deixado de lado, sendo colocada em primeiro plano a aprovação nos testes e a preparação para o mercado de trabalho.

As leis são feitas para que se reconheçam os direitos iguais de todos os cidadãos e para que o seu cumprimento conscientize a população. A Constituição de 1988, conhecida por “Constituição Cidadã” foi um ponto chave para a garantia da educação como um direito (OLIVEIRA, 2003).

Para transformar tal constituição em prática social, desenvolveram-se 2 tipos de ações: as que sistematizam e interpretam seus avanços na defesa dos Direitos Civis, Políticos e Sociais e as que procuram difundi-los para que se tornem instrumentos de melhoria das condições de vida da população.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o financiamento da educação é dever do Estado, com provimento de recursos para sua efetivação. É obrigatória a divulgação da execução orçamentária, e a execução do orçamento e da legislação educacional devem ser prioritárias. A fiscalização do poder dado ao Estado é feita pelos Tribunais de Contas, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, Conselhos de Acompanhamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF e Ministério Público (BRASIL, 1998).

Percebe-se que mesmo garantido em lei, o direito a uma educação de qualidade ainda apresenta-se fragilizado, aviltado por políticas que mais dificultam sua concretização do que contribuem para sua efetivação. Nesse sentido torna-se necessário a mobilização da sociedade para sua garantia, reivindicando por meio de debates, lutas e mobilizações organizadas nos bairros e associações para que esse direito seja reservado a todas as crianças, jovens e adultos.

### 3 Conclusão

No cenário atual da educação, pode-se perceber que muitas ações devem ser feitas para que a escola seja efetivamente um espaço de construção do conhecimento e de socialização do mesmo. Primeiramente, os próprios objetivos escolares deveriam ser revistos, já que muitas vezes o indivíduo passa pela educação básica sem estar preparado para participar da produção e do consumo de produtos e bens que a própria sociedade ajuda a produzir.

Para que a educação tenha qualidade, é necessária uma atenção especial do governo, recursos financeiros para garantir a infra-estrutura e capacitação dos educadores. Paro (1998) considera “educação de qualidade” aquela que prepara as pessoas para viver bem, porém, o que se pode observar são escolas preparando para vestibulares e testes, com vistas à formação para o mercado de trabalho e não para a vida, o viver bem, no sentido de usufruir dos bens produzidos historicamente pela humanidade.

É, portanto, extremamente importante que a educação escolar transmitida à população seja analisada minuciosamente, com propostas de mudanças e rompimentos com práticas educativas opressoras. Além disso, que a construção de educação com qualidade passe pela garantia do direito ao acesso à educação e a outros meios necessários para o ser humano viver dignamente.

### Referências

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1998.
- DOURADO, L.F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, 15. out. 2007.
- MATTOS, M.J.V.M. Reformas, mudanças e inovações educacionais e o papel do Estado: dilemas para melhoria da qualidade de ensino. Disponível em: <[http://www.puepcaldas.br/revista/doxo/Volume1/Maria\\_J\\_correto.pdf](http://www.puepcaldas.br/revista/doxo/Volume1/Maria_J_correto.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2008.
- OLIVEIRA, R.P. Sobre a necessidade do controle social no financiamento da educação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, M.R.T. (Org.). *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- PARO, V. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, L.H. *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SHIROMA, E.O. *Política educacional*. Rio de Janeiro: DPRA, 2002.